



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
5ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004111-06.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**
 Exequente: **Maria Aparecida Ramos**
 Executado: **João Ferreira Missão**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

MARIA APARECIDA RAMOS ajuizou ação de cobrança contra **JOÃO FERREIRA MISSÃO** alegando, em resumo, que as partes conviveram em união estável, tendo em março de 2011 a autora realizado a transferência de R\$24.000,00 em favor do réu, cujo resgate fora prometido pelo mesmo através da emissão de uma cártula do mesmo valor. Afirma que o cheque não foi apresentado e que o empréstimo não foi adimplido. Em razão disso, requer a procedência da ação para que o réu seja condenado ao pagamento da quantia apontada, acrescida de juros e correção monetária. Com a inicial (fls. 01/06), vieram os documentos de fls. 07/19.

Foram concedidos os benefícios da justiça gratuita (fls. 20).

Devidamente citado, o réu apresentou contestação a fls. 24/30, sustentando, em resumo, que a cobrança se trata de cheque prescrito, cujo valor é proveniente de um sorteio de automóvel realizado por um supermercado local em que a autora saiu vencedora, e que a mesma pediu ao requerido que guardasse a quantia adquirida pela venda do bem. Afirma que poucos dias depois, houve rompimento do relacionamento, de modo que emitiu o cheque em favor da autora. Porém, ao se reconciliarem o montante permaneceu sobre a guarda do requerido a pedido da mesma, o qual foi utilizado para pagamento de dívidas da autora e mobília da residência das partes. Pede pela improcedência da ação. Juntou documentos (fls. 31/52).

A autora se manifestou sobre a contestação (fls. 55/59).

Houve julgamento antecipado, no qual o pedido inicial foi julgado procedente (fls. 66/68), vindo o réu a interpor recurso de apelação (fls. 70/78).

O E. Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso do réu para tornar sem efeito a sentença de fls. 66/68, devendo outra ser proferida após necessária instrução probatória (fls. 155/157).

Foi deferida a produção de prova oral (fls. 164).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

5ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Na audiência de conciliação, instrução e julgamento, foi colhido o depoimento pessoal do réu e de uma testemunha arrolada pela autora (fls. 173 e transcrições a fls. 174/179).

Encerrada a instrução, as partes ofertaram suas razões finais (fls. 182/185 e 201/204).

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Reitero o entendimento anteriormente lançado para indeferir o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita ao réu, em razão da ausência de prova da alegada hipossuficiência.

A ação é improcedente.

Com efeito, trata-se de ação de cobrança, na qual as partes divergem quanto a existência do débito, oferecendo versões distintas em relação aos fatos.

Ocorre que, apesar do entendimento esposado no v. Acórdão acerca da imprescindibilidade de instrução probatória como elemento necessário para elucidar a suposta compensação de pagamentos efetuados pelo réu a benefício da autora, na hipótese dos autos, esta situação restou comprovada de forma diversa.

Ou seja, não obstante as declarações prestadas em juízo (fls. 174/179), registre-se que o v. acórdão prolatado na ação de reconhecimento e dissolução de união estável, já em fase de recurso especial inadmitido (fls. 198/200), é categórico ao narrar a questão relativa à alegada compensação de valores, impondo-se, por consequência, a não rediscussão da matéria.

Restou consignado no v. Acórdão o afastamento do pedido de patrimônio a ser partilhado entre as partes, sob o fundamento de que o auferimento do valor pleiteado pela autora nestes autos sobre a guarda do requerido, prestou-se como investimento empregado para a aquisição de imóvel em seu favor, a saber:

“É certo que a autora chegou a afirmar na inicial que o contrato relativo ao imóvel em debate foi celebrado no nome de ambas as partes, elencando-o como dívida a ser partilhada. Na contestação, a título subsidiário, pediu o réu a partilha do bem (fl. 113).

Contudo, também consta que houve depósito na conta bancária do réu de valores alusivos a carro adquirido pela autora em sorteio.

Descabe, pois, a pretensão do réu de partilhar tal imóvel, pois o investimento empregado compensou-se com a quantia depositada em sua conta e pertencente à autora.” (fls. 195)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
5ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Como se vê, a matéria em deslinde já foi apreciada por aquele Juízo. Logo, não há mais discussão em torno da inexistência do alegado crédito cuja cobrança promovida é pretendida pela autora. Assim, nada mais resta a discutir nestes autos.

Sendo assim, constatada que a quantia cobrada se compensou com o investimento de aquisição imobiliária, a improcedência da impugnação é medida que se impõe.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação.

Arcará a autora com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da ação, ressalvada a justiça gratuita concedida.

P.I.

Araraquara, 30 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**